

**GESTÃO** ■ Edifício abrigava serviços administrativos da Secretaria

# Fim de aluguel reduz despesa mensal da Saúde em R\$ 90 mil

**Priscila Machado**

O governador José Roberto Arruda (DEM) fez ontem a entrega simbólica de um prédio que era alugado há quatro anos pela Secretaria de Saúde. A medida visa conter gastos. O imóvel devolvido ontem tem mais de 8 mil m<sup>2</sup>. Com o aluguel, o governo gastava R\$ 90 mil por mês.

O edifício fica no Setor de Indústrias e Abastecimento (SIA). Lá, trabalhavam 815 servidores da saúde. Eles foram levados para o Palácio do Buriti, Hospital de Base e para o Parque de Serviços da secretaria, que também fica no SIA. Todos imóveis próprios do GDF.

Ontem, o governador disse que a devolução dos imóveis alugados é uma economia importante para o governo.

— Vim aqui pessoalmente fazer a devolução das chaves do imóvel ao seu proprietário. O governo está em um esforço

contínuo para diminuir gastos. Esse aluguel custava R\$ 90 mil por mês ao governo, dinheiro que era público, vinha de impostos. Com isso, os recursos passarão a ser gastos na área fim, no atendimento de saúde. O valor será gasto não em aluguel, mas com as pessoas, na saúde — disse.

O proprietário do imóvel, o empresário Sebastião Valadares, disse estar feliz com o fim do contrato com o Governo do Distrito Federal. Segundo ele, o governo pagava menos do que o valor de mercado.

— O valor pago pelo governo era menos da metade do que o valor de mercado, por isso não fiz nenhuma objeção em aceitar a devolução do imóvel. O contrato só venceria em 2008, mas aceitei a quebra de contrato sem cobrar multa por isso. Farei um melhor negócio agora — disse o empresário.

De janeiro para cá, o GDF cancelou o aluguel de 128 imó-



F. GUALBERTO/GDF

Arruda diz que é mais uma medida para diminuir o gasto público

veis, o que representa 59% dos espaços alugados. Em 10 meses, as devoluções representam uma economia de R\$ 6,5 milhões. Antes, a cada mês, o governo gastava R\$ 2,3 milhões somente com aluguel.

— Agora, falta a desocupação

dos imóveis utilizados pela Secretaria de Fiscalização, Secretaria de Fazenda e pelo SLU. Isso será feito assim que for liberada a ocupação de um espaço na Rodoviária, que depende ainda de um acordo com a União — disse Arruda.

do governo federal quanto do GDF, são investidos no programa e que as afirmações da deputada são improcedentes.

— Não há falta de ambulâncias, apenas uma está parada, em razão de um acidente de trânsito. Os recursos do Samu são aplicados no programa, temos 30 processos de licitação

## Coordenação do Samu confirma que das 37 ambulâncias 10 estão paradas por falta de equipamento

para compra de novos equipamentos e faremos, em breve, concurso público para contratar médicos, enfermeiros e auxiliares de enfermagem — disse o subsecretário.

O atendimento do Samu é prejudicado pela falta de recursos humanos. Dos 800 funcionários, apenas oito têm dedicação

para compra de novos equipamentos e faremos, em breve, concurso público para contratar médicos, enfermeiros e auxiliares de enfermagem — disse o subsecretário.

O atendimento do Samu é prejudicado pela falta de recursos humanos. Dos 800 funcionários, apenas oito têm dedicação

■ MP exige devolução de R\$ 205 mi

O secretário de Saúde, José Geraldo Maciel, disse ontem que ainda não foi notificado pelo Ministério Público Federal (MPF) sobre a necessidade de devolver aos cofres públicos cerca de R\$ 205 milhões.

— Ainda não chegou nenhum registro oficial sobre isso, quando chegar, a Secretaria de Fazenda tomará as medidas cabíveis — disse.

Na semana passada, o MPF ajuizou ação civil pública para que a Justiça Federal condene o DF a fazer o resarcimento de cerca de R\$ 205 milhões, corrigidos monetariamente. O órgão afirma que não foram aplicados, em ações e serviços públicos de saúde, os percentuais mínimos exigidos pela Emenda Constitucional nº 29/2000. Estes valores são referentes ao período entre 2001 e 2004, governo de Joaquim Roriz. A ação está na 13ª Vara da Justiça Federal no DF.

Ontem, o secretário afirmou que, atualmente, o DF investe em saúde mais do que o exigido por lei.

— Aplicamos entre R\$ 700 milhões e R\$ 800 milhões por ano na saúde. Isso representa 15% do que é arrecadado em tributos. O percentual é maior do que a média nacional, de 13,4%. De acordo com dados do Ministério da Saúde, o DF está em segundo lugar em índices de investimento em saúde com relação ao que arrecada — disse o secretário.

De acordo com a constituição, à União, estados, municípios e o DF, devem aplicar recursos mínimos derivados da receita de impostos em ações e serviços públicos de saúde. Mas, de acordo com o procurador da República Peterson de Paula Pereira, isso não foi feito pelo DF entre 2001 e 2004. A constatação foi feita por ele, após pedir auditoria no Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde (Denasus), para verificar o cumprimento da lei no DF.

A auditoria afirmou também que, mesmo com o não investimento do percentual mínimo em saúde, o Tribunal de Contas do DF apontou o cumprimento da aplicação destas verbas pelo GDF. No período analisado, o TCU registrou superávit, ou seja, o DF teria aplicado um valor maior do que o exigido por lei.

## ■ Promotoria pede que TCU investigue gastos com Samu

O Ministério Público de Contas do DF pediu ao Tribunal de Contas do DF como estão sendo empregados os recursos destinados ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu). O MPC/DF recebeu representação da deputada Érica Kokay. De acordo com ela, o GDF não cumpre com a cota de 50% das despesas do Samu e por isso o serviço está precário, faltam funcionários, material médico e manutenção das ambulâncias. A deputada afirma ainda que os veículos do Samu são desviados de função e usados pela Secretaria de Saúde para transportar pacientes de um hospital para outro.

O coordenador do Samu, Rodrigo Caselli, confirma. Das 37 ambulâncias do Samu, 10 estão paradas, em razão da falta de equipamentos e funcionários. O Samu recebe 3 mil ligações por

dia, mas em razão dos problemas, só consegue atender 60% das solicitações.

O Samu começou a funcionar em agosto de 2005. O programa é parceria entre o governo federal e o GDF. As despesas de custeio e manutenção são de responsabilidade compartilhada. A cada mês, o Ministério da Saúde (MS) repassa R\$ 586 mil ao programa, por meio do Fundo Nacional de Saúde. A Secretaria de Saúde deveria investir o mesmo valor também mensalmente. Porém, como o programa não está funcionando adequadamente, o MPC/DF vai abrir processo para investigar se as verbas destinadas ao Samu são usadas pela Secretaria de Saúde em outros programas.

O subsecretário de Atenção à Saúde, Milton Menezes, disse que os recursos do Samu, tanto